



**Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**

---

O artesanato rural na dinâmica do desenvolvimento territorial – entre a preservação e a comercialização

Rural handicrafts in the dynamics of territorial development - between preservation and commercialization

Carolina Iuva de Mello<sup>1</sup>

**Resumo**

*Este trabalho se propõe a realizar uma reflexão teórica acerca do artesanato rural na dinâmica do desenvolvimento territorial a partir do seguinte problema: como o artesanato se insere no processo atual de desenvolvimento das comunidades rurais? Para isso, procurou-se verificar como a discussão teórica sobre o papel do artesanato no mundo contemporâneo aparece em estudos empíricos por meio de uma revisão de pesquisas acerca do tema publicadas nas últimas décadas. Percebeu-se que, apesar da preocupação com o simbólico se fazer presente nos trabalhos analisados, a abordagem econômica tem sido privilegiada, especialmente quando o objetivo é gerar renda para comunidades rurais em situação de vulnerabilidade social. A crescente valorização dos bens artesanais na sociedade contemporânea permite inferir que no futuro os artesãos terão mais autonomia perante o mercado. Resta aguardar se esta resultará em demandas realmente populares ou na transformação dos artesãos em produtores culturais com manifestações simbólicas pertencentes à classe hegemônica.*

**Palavras-chave:** Artesanato; Rural; Desenvolvimento Territorial.

---

<sup>1</sup>Departamento de Desenho Industrial da Universidade Federal de Santa Maria

**Abstract**

*This paper aims to make a theoretical reflection on the rural crafts in the dynamics of territorial development from the following problem: how craft fits into the current process of rural community development? For this, we tried to see how the theoretical discussion about the role of craft in contemporary world appears in empirical studies through a review of research on the subject published in recent decades. It was noticed that, despite the concern with the symbolic to be present in the analyzed studies, the economic approach has been privileged, especially when the objective is to generate income for rural communities facing social vulnerability. The increasing appreciation of craft goods in contemporary society can be inferred that in the future the artisans will have greater autonomy from the market. Remains to be seen whether this will result in really popular demands or processing of artisans in cultural producers with symbolic manifestations belonging to the hegemonic class.*

**Keywords:** *Crafts; Rural; Territorial Development.*

## 1. Introdução

O patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, tem sido considerado um importante vetor de desenvolvimento para comunidades rurais nos últimos anos. Experiências de desenvolvimento com base na valorização do patrimônio cultural estão se tornando cada vez mais frequentes, especialmente no âmbito internacional. O reconhecimento de práticas rurais detentoras de características culturais diferenciadas pode auxiliar na dinamização de comunidades que se encontram em situação socioeconômica fragilizada. Ao valorizar as singularidades históricas e culturais, de tradição e pertencimento, os atores locais podem produzir elementos mobilizadores e impulsionadores de geração de trabalho e renda, pois “o patrimônio é hoje reconhecido como elemento estruturante da

memória, imagem e identidade territorial e como um dos recursos essenciais para a afirmação dos valores culturais e ambientais no quadro renovado das teorias de desenvolvimento” (CARVALHO, 2003, p. 173).

Assim, destaca-se a importância do tema para se buscar um desenvolvimento pleno e sustentável para as comunidades rurais, pois ao se considerar o patrimônio cultural elemento relevante para a sustentação simbólica e econômica das sociedades rurais, admite-se que elas passem a ter mais autonomia sobre os recursos naturais presentes no seu território e sobre os rumos do desenvolvimento que desejam seguir.

A dimensão imaterial do patrimônio cultural, que “abrange língua e costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades gastronômicas, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e o antigo saber-fazer” (CARVALHO, 2003, p.181), vem sendo mais valorizada nas últimas décadas, principalmente no âmbito internacional. Uma ação que se destaca neste cenário é o Programa de Iniciativa Comunitária Leader (Ligação entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural), criado em 1991 pela Comissão Europeia, composto por diferentes projetos que passaram a valorizar o patrimônio cultural imaterial das comunidades rurais, compreendendo-as além da dimensão produtivista e considerando outros aspectos relacionados à vida no campo, como o modo de fazer artesanal.

Ao mesmo tempo em que vivemos na contemporaneidade uma sensação de compressão do espaço, tornando as fronteiras mais permeáveis e as distâncias menos evidentes devido ao advento da globalização<sup>2</sup>, é também um período de valorização das singularidades e pluralidades, em que um número cada vez maior de pessoas se volta para a natureza, na qual a tradição popular, a comida natural e o cultivo orgânico são características cada vez mais estimadas. Esta atual valorização das pluralidades culturais locais se insere em uma lógica pós-moderna<sup>3</sup>, que em vez de opor, compõe o rural com o urbano, o tradicional com o moderno. Portanto, não se trata mais de considerar o local como oposição ao global, mas sim como processos indissociáveis de globalização e regionalização aliados à legitimação da hibridização e ao reconhecimento da particularidade legítima do saber local (FROEHLICH, 1999).

A atual revalorização dos bens simbólicos reclassifica o artesão que ao assumir seu patrimônio cultural como criação permite que as culturas ditas tradicionais ou populares emergjam como “recursos fundamentais no cruzamento da economia, do emprego e da cultura,

---

<sup>2</sup> Quando eventos que ocorrem em um lado do globo afetam comunidades e relações sociais no outro, e vice-versa (GIDDENS, 2005).

<sup>3</sup>Para Lyotard (1988), o cenário pós-moderno é marcado essencialmente pela descrença em relação às metanarrativas de legitimação do saber, em que o conhecimento passa a ter caráter de mercadoria e torna-se a base do poder na sociedade. Convém destacar que outros autores cunharam diferentes terminologias para demarcar este mesmo período: Hipermodernidade (Gilles Lipovetsky); Modernidade líquida (Zygmunt Bauman); Modernidade reflexiva (Anthony Giddens); Sociedade de risco (Ulrich Beck); Capitalismo avançado (Fredric Jameson); Capitalismo desorganizado (Scott Lash e John Urry).

com vista ao incremento de uma perspectiva de desenvolvimento integrado” (PEIXOTO, 2006 apud ESTEVES, 2008, p. 10).

[...] nunca terá havido tantos artesãos, nem músicos populares, nem semelhante difusão do folclore, [...] os seus produtos mantêm funções tradicionais (dar trabalho aos indígenas e camponeses) e desenvolvem outras modernas: atraem turistas e consumidores urbanos que encontram nos bens folclóricos signos de distinção, referências personalizadas que os bens industriais não oferecem (CANCLINI, 2008, p. 218).

O discurso de valorização do artesanato vai ao encontro das noções atuais de desenvolvimento territorial que entendem ser preciso levar em consideração os aspectos culturais e simbólicos do território para obter um desenvolvimento endógeno, de baixo para cima, que atenda às reais necessidades da comunidade em questão. Entende-se que a valorização do artesanato tradicional rural fortalece o sentimento de pertencimento da população ao local, facilitando ações que visem ao seu desenvolvimento.

A partir das reflexões tecidas, o problema que emerge é o seguinte: como o artesanato se insere no processo de desenvolvimento de comunidades rurais? Assim, este artigo tem por objetivo realizar uma reflexão teórica acerca da relevância contemporânea do artesanato rural na busca por um desenvolvimento territorial sustentável. Para alcançar este objetivo, o presente trabalho está estruturado em três sessões, além desta introdução e das considerações finais. A primeira sessão discute a emergência da temática do desenvolvimento territorial e sustentável

para as comunidades rurais. Posteriormente, traz-se uma reflexão acerca do artesanato rural e seu lugar na sociedade contemporânea com o intuito de se obter mais clareza quanto ao futuro do artesanato diante do avanço da dinâmica capitalista no campo. Por fim, procurou-se verificar como a discussão teórica sobre o papel do artesanato no mundo contemporâneo aparece em estudos empíricos através de uma revisão de pesquisas acerca do tema publicadas nas últimas décadas.

## **2. Desenvolvimento e novas ruralidades**

O tema do desenvolvimento vem sendo tratado há tempos, porém as abordagens pelas quais ele é analisado foram se modificando. As primeiras teorias do desenvolvimento possuíam um caráter eminentemente econômico, cujo principal objetivo era promover incremento na renda da população e, conseqüentemente, aumento no consumo de bens manufaturados. Esta abordagem economicista se impôs como noção-chave das décadas de 1950 e 1960 em virtude de seu caráter mensurável e abrangente e era baseada na crença de que o crescimento industrial iria desencadear todas as formas de desenvolvimento, culminando no seu objetivo máximo: a plenitude da liberdade e felicidade humana (MORIN, 1984).

Entretanto, o que se percebeu foi que as taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, inclinam-se a

agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais (FURTADO, 1974). Assim, a partir do final da década de 1970 esta abordagem perdeu força, especialmente devido à crise energética sofrida no período que acabou influenciando pesquisas sobre os impactos negativos do crescimento econômico no meio ambiente.

Para Souza (1996), o progresso científico e técnico não cumpriu as promessas de um bem-estar generalizado para o conjunto da humanidade, pois, apesar do grande aumento do poder tecnológico e do volume de produção de bens de consumo que se presenciou nas últimas décadas, os progressos materiais não foram distribuídos de modo generalizado. Presenciou-se um alto crescimento econômico mundial, sem que isso resultasse em melhores condições de vida para a camada mais pobre da população. Ao contrário, percebeu-se que onde já havia disparidades sociais elevadas, o crescimento econômico contribuiu para sua agravação (SACHS, 1995).

Produziu-se, então, uma ruptura no consenso mantido em prol do crescimento interrupto e voltaram à cena os debates sobre a evolução do capitalismo. Com isso, já não é aceita tão facilmente a ideia de um caminho único e progressivo de desenvolvimento, sendo fortalecidas as tendências de descentralização e de valorização de iniciativas locais (AROCENA, 1993). Diferentes abordagens foram tecidas quanto ao modelo de desenvolvimento que deveria ser perseguido, dada à ineficácia das teses desenvolvimentistas com viés predominantemente econômico e impositivo das décadas anteriores.

O desenvolvimento sustentável surge então como uma possível resposta à problemática da relação entre sociedade e natureza. Para Sachs (1994), seu conceito engloba cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural, que devem ser trabalhadas em conjunto para se caminhar em direção a um desenvolvimento que possa ser denominado sustentável. Outra abordagem que ganhou força a partir da década de 1990 foi a de desenvolvimento local, e posteriormente, territorial<sup>4</sup>. Entende-se o desenvolvimento territorial como um processo de aprimoramento constante, ou seja, sem um ponto de chegada determinado e sem indicadores universais de desempenho, que utiliza a localidade como suporte para integrar em redes atores locais, possuidores de vantagens especializadas, alto grau de sinergia entre si e forte identificação com o local, para que eles tenham autonomia nas decisões que impactarão seu próprio desenvolvimento.

Entretanto, não se trata de fechar-se em si mesmo, mas sim de utilizar diferenciais locais para dinamizar o próprio território e promover melhor qualidade de vida e bem-estar para a comunidade local. Para Escobar (2005), “o lugar é central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente, e é igualmente essencial, por outro lado, para imaginar outros contextos para pensar acerca da construção da política, do conhecimento e da identidade”.

---

<sup>4</sup> No decorrer da última década o adjetivo local vem sendo substituído por territorial nas teorias do desenvolvimento, com maior destaque sendo dado às discussões sobre o poder.

No espaço rural, segundo Sadar (1996), as estratégias de desenvolvimento devastaram a agricultura nas sociedades não ocidentais, dizimando inúmeros pequenos produtores através da Revolução Verde<sup>5</sup> em nome do progresso tecnológico; empobreceram e marginalizaram pobres especialmente na África e no Oriente Médio; transformaram estados independentes em servos de bancos internacionais e corporações multinacionais. Com as críticas que estas estratégias suscitaram, o desenvolvimento se adaptou, passando a incorporar conceitos como sustentabilidade e equidade para mitigar os efeitos negativos que causou. Direitos inatos como vida longa, segurança pessoal e participação comunitária são agora apresentados como opções do desenvolvimento (SADAR, 1996).

Primeiro, o desenvolvimento enfraquece estes direitos humilhando e suprimindo a tradição, desmantelando as comunidades rurais ao promover o desenvolvimento urbano, aumentando a insegurança através do deslocamento da agricultura tradicional e da introdução de financiamentos, e então, para agravar a situação, uma noção de desenvolvimento repaginada oferece essas mesmas coisas como 'opções' (SADAR, 1996, p.41).

Mesmo entendendo a importância de se reforçar as autenticidades culturais locais, Sardar (1996) reconhece que o caminho não é a retomada a um passado romantizado, mas sim,

---

<sup>5</sup> A Revolução Verde foi um programa de expansão da produtividade agrícola por meio do melhoramento genético de sementes e do uso intensivo de insumos agrícolas ou industriais, implantado em meados do século XX em países como Índia, México e Brasil.

fazer reconhecer o fato de que as culturas tradicionais são entidades dinâmicas em constante modificação, capazes de resolver seus problemas dentro de seu sistema de crenças e conhecimentos (SADAR, 1996). De forma análoga, Escobar (1996) afirma que para se encontrar alternativas para o desenvolvimento como progresso econômico é necessário encorajar as comunidades locais para que, através das suas tradições e identidades locais, resolvam os próprios problemas.

A preocupação com a sustentabilidade, que tem ganhado força nas últimas décadas, fez com que os territórios rurais recebessem mais atenção, sua paisagem natural passou a ser de interesse da população em geral que percebe cada vez mais a importância de sua manutenção. Até então visto como atrasado e decadente, o rural é agora percebido como local a ser preservado, levando à construção de novos sentidos para a ruralidade.

O rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Está em andamento um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo como alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante, uma reestruturação dos núcleos rurais a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais (SCHNEIDER, 2003). Neste novo cenário rural, destacam-se as atividades que envolvem o consumo de

bens materiais, simbólicos e serviços, como festas, folclore, gastronomia, ecoturismo, turismo rural, entre outros.

Atualmente a função produtiva do meio rural abrange várias atividades (artesanato, turismo, preservação ambiental, agroindústrias etc.), o que o torna um atrativo, em função dos seus recursos naturais, e das suas culturas locais. Sendo assim, os agricultores se tornam polivalentes e pluriativos, e o rural passa a ser compreendido pelo enfoque territorial. Ou seja, como sendo um espaço onde [...] se valoriza a cultura/identidade, a história do local, e as redes interorganizacionais (KAGEYAMA, 2008 apud SILVEIRA, 2011, p.16).

As chamadas novas ruralidades preveem novas maneiras de interação com o território, sendo o rural não visto mais somente como o local de produção de gêneros alimentícios, mas como um território dinâmico e em expansão que deve ser preservado. Este novo rural necessita de uma abordagem territorial, cada localidade com suas potencialidades e desafios inerentes, e não a generalidade de uma abordagem setorial.

Neste cenário, segundo Carneiro (1998), apesar de ser cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre o rural e o urbano, isso não significa uma homogeneização cultural que resultará em um *continuum* dominado pelo urbano. Para a autora, o alargamento da sociedade urbano-industrial sobre o campo não implica obrigatoriamente a descaracterização das culturas locais ou tradicionais.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, órgão internacional e intergovernamental que reúne 34 países com o objetivo de potencializar seu crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros, em pesquisa sobre o desenvolvimento territorial chegou à conclusão que:

[...] algumas regiões rurais fazem parte das zonas mais dinâmicas no interior dos países membros da OCDE. Criaram até mais possibilidades novas de emprego que o conjunto da economia [...]. A ruralidade não é por si só um obstáculo à criação de empregos. A fraca densidade populacional e a distância são frequentemente consideradas como handicaps para o desenvolvimento rural [...]. O sucesso das regiões rurais dinâmicas não se deve à existência de uma composição setorial favorável [e sim] a uma dinâmica territorial específica que não está ainda bem compreendida, mas que comporta provavelmente aspectos importantes como a identidade regional, um clima favorável ao espírito de empresa, a existência de redes públicas e privadas ou a atração do ambiente cultural e natural (OCDE, 1996 apud ABRAMOVAY, 2002, p.15).

Em consonância com esta tendência, a abordagem do desenvolvimento territorial visa “aproveitar as oportunidades econômicas, assegurar o bem-estar das populações rurais e salvaguardar o patrimônio sociocultural das regiões rurais” (OCDE, s/d apud WANDERLEY, 2000, p.116). O artesanato rural insere-se neste contexto, podendo ser trabalhado como um elemento propulsor do desenvolvimento territorial. Adota-se, neste artigo, a definição de artesanato a partir daquela apresentada pelo Conselho Mundial do Artesanato (WCC, 2012), que engloba toda atividade

produtiva que resulte em artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios rudimentares, com habilidade, destreza e criatividade.

### **3. O artesanato na sociedade contemporânea**

Nas configurações sociopolíticas e econômicas do mundo contemporâneo, marcadas pela acumulação flexível, são recorrentes processos de descentralização, desindustrialização, diferenciação, economias de escopo e territorialização. Passa-se a reconhecer em cada território as suas potencialidades específicas, valorizando-se o patrimônio ali presente, e a atividade agrícola passa a ser considerada além da sua versão produtivista. “Ao agricultor fica então reservado o estatuto de um importante ator na tarefa da preservação dos valores patrimoniais e paisagísticos do mundo rural” (CARVALHO, 2003, p. 177).

Neste cenário, os territórios rurais têm sido reconhecidos como fontes de saberes e práticas culturais tradicionais, sendo uma de suas principais formas de expressão o artesanato. Ao se utilizar predominantemente de elementos naturais, o artesanato rural acaba por expressar a interação de comunidades humanas com os territórios que habitam, exprimindo seus valores coletivos e suas identidades culturais. A produção artesanal presente nas comunidades rurais, com especial atenção ao artesanato, foi sempre

uma importante atividade para suprir necessidades materiais e simbólicas de seus habitantes.

A agricultura e o artesanato sempre estiveram interligados e, quanto maior fosse o isolamento, precárias condições das estradas e dos meios de locomoção, mais diversificado era o artesanato. Uma vez que o camponês caracterizou-se pela autossuficiência ao produzir e transformar sua produção no interior da própria unidade produtiva (SILVA; WIZNIEWSKY, 2001, p. 18).

Além de prover bens materiais para a comunidade que o gerou, o artesanato é um dos meios mais importantes de representação da identidade de um povo, pois através dele os valores coletivos são fortemente representados. Durante algum tempo se acreditou que o avanço da industrialização iria acabar promovendo o desaparecimento da produção artesanal de bens. Entretanto, contrariando os prognósticos negativos, atualmente há vários indícios de que o lugar do artesanato na sociedade contemporânea está se expandindo. Esse crescimento se dá muito em função da dimensão simbólica destes produtos, sua capacidade de aportar aos usuários e consumidores valores que vêm tendo cada vez mais apreço recentemente, como calor humano, singularidades e sentido de pertencimento (BORGES, 2011).

Para melhor compreender as causas da permanência e, inclusive, do aumento da produção artesanal nas comunidades rurais é preciso indagar-se a respeito dos motivos que o sistema social possui para preservá-la ou incentivá-la.

Do ponto de vista dos camponeses, a produção artesanal faz com que seja possível manter a família unida e alimentada no povoado do qual sempre se sentiram fazendo parte. Do ponto de vista do Estado, o artesanato é um recurso econômico e ideológico utilizado para limitar o êxodo camponês e a conseqüente entrada nos meios urbanos de maneira constante de um volume de força de trabalho que a indústria não é capaz de absorver, e que agrava as já preocupantes deficiências habitacionais, sanitárias e educacionais (CANCLINI, 1983, p. 64).

Um aspecto importante que deve ser levado em consideração nesta discussão é que, apesar de estudos demonstrarem que a dinamização do patrimônio histórico e cultural de uma localidade pode vir a promover o seu desenvolvimento, “a cultura está ameaçada porque as condições econômicas e sociais nas quais ela pode se desenvolver estão profundamente afetadas pela lógica do lucro” (BOURDIEU, 2001, p. 86). Desse modo, enquanto a valorização das identidades, invocando-se memórias coletivas, história, cultura e tradição, permite por um lado novas oportunidades de desenvolvimento local (BAGNASCO, 2001; PUTNAM, 2003), por outro atraem o capitalista em busca de rendas monopolistas (HARVEY, 2005).

No entanto, a renda monopolista é uma forma contraditória. [...]. Para o capital não destruir totalmente a singularidade, base para a apropriação das rendas monopolistas (e há muitas circunstâncias em que o capital fez exatamente isso), deverá apoiar formas de diferenciação, assim como deverá permitir o desenvolvimento cultural local divergente e, em algum grau, incontrolável, que possa ser antagônico ao seu próprio e suave funcionamento. É em tais

espaços que todos os tipos de movimentos oposicionistas podem se organizar; pressupondo, como é frequentemente o caso, que os movimentos oposicionistas não estejam firmemente ali entrincheirados (HARVEY, 2005, p. 237-8).

O poder transformador dos setores populares dependerá da sua capacidade de introduzir “demandas que representem os seus verdadeiros interesses e que por isso sejam disfuncionais, tornando as contradições do sistema mais agudas e impedindo a sua restauração” (CANCLINI, 1983, p.101). Deste modo, parece cada vez mais certo que a resposta para a manutenção das práticas culturais locais, como o artesanato rural, não é simplesmente fechar-se em si mesmo, com conservadorismo e exclusão, nem render-se por completo ao capital hegemônico, mas sim a elaboração de políticas alternativas que, sem serem inteiramente antagônicas à globalização, a querem em condições muito diferentes (HARVEY, 2005; CANCLINI, 2008). Pois, como ressaltado por Brandão (2007), sendo o território uma construção social, uma produção dinâmica e coletiva, sua trajetória histórica permanece em aberto, sendo possível atuar para que novas relações sejam concretizadas e possibilidades distintas de futuro sejam delineadas.

A conclusão não pode ser outra: o futuro das culturas populares depende do conjunto da sociedade. Precisamos que os artesãos participem, critiquem e se organizem, que redefinam a sua produção e o seu modo de relacionar-se com o mercado e com os consumidores; mas também precisamos que se forme um novo público, um novo turismo, um outro modo de exercer o gosto e de

pensar a cultura. Necessitamos de uma modificação sistemática de todos os meios de produção, circulação e consumo cultural (CANCLINI, 1983, p. 144).

A partir da discussão aqui tecida, percebe-se que, assim como ressaltado por Canclini (1983, p. 140), a visão do artesanato não pode ser limitada por seu aspecto simbólico, buscando-se simplesmente preservar a tradição cultural, “haja vista o êxodo dos jovens e a persistente miséria daqueles que permanecem em povoados inalterados”, nem por seu aspecto econômico, através da total mercantilização e industrialização dos produtos artesanais, pois isto acarretará descaracterização dos padrões culturais dos artesãos. Faz-se necessário encontrar um caminho do meio, que não separe o simbólico do econômico, que permitirá aos artesãos lutarem pelo controle da sua produção, inserindo demandas que lhe sejam próprias.

#### **4. Artesanato rural – entre a preservação e a comercialização**

A partir do exposto, conclui-se que é necessário encontrar um caminho do meio entre a museificação do artesanato e sua completa descaracterização ao ser absorvida pelo mercado de bens culturais; ou seja, um equilíbrio entre a preservação inalterada e a resignificação para a comercialização. Como ressaltado por Vives (1983, p. 139), “deixado à própria sorte, o artesão tradicional

sucumbirá, ante a potência da indústria [...]; e, socorrido imprudentemente [...], acabará por desvirtuar seu papel original de testemunho, submetido que será às exigências mercadológicas”. É prudente, neste contexto, não separar os aspectos econômico e simbólico inerentes à produção artesanal tradicional.

Esta sessão busca verificar como esta discussão teórica aparece em estudos empíricos. É possível afirmar que existe ou se está delineando um caminho do meio para o futuro do artesanato rural? Para tentar responder a esta questão foram analisadas diversas pesquisas acerca do tema publicadas nas últimas décadas.

É fato que o fortalecimento das identidades territoriais tem servido em algumas experiências como uma estratégia para reforçar a imagem e o apelo de uma região, elaborando e/ou evidenciando vantagens comparativas do território. A valorização das diversidades e singularidades locais propicia a produção de bens culturais diferenciados, o consumo de mercadorias com qualidades específicas e o surgimento de novas modalidades de turismo. Nessa tendência, algumas comunidades buscam mobilizar seus patrimônios naturais e culturais na tentativa de melhorar sua qualidade de vida (FROEHLICH; ALVES, 2007). Levam-se em conta, nesta lógica, que os produtos locais são, em geral, manifestações culturais fortemente relacionadas com o território e com a comunidade que os gerou, e “para dinamizar os recursos do território e valorizar seu patrimônio

cultural, é fundamental reconhecer e tornar reconhecíveis valores e qualidades locais“ (KRUCKEN, 2009, p. 18).

Neste contexto, um caso que merece destaque é o programa Leader, criado em 1991 pela Comissão Europeia. A iniciativa foi pensada a partir da constatação de que o desenvolvimento de muitas áreas rurais não pode mais depender somente da atividade agrícola, sendo necessária a criação de atividades complementares ou diferenciadas. O seu principal objetivo era o de criar uma rede de grupos de ação local para aplicar ações inovadoras em prol de desenvolvimento rural, as medidas pensadas tinham como objetivo fomentar a diversificação econômica e melhorar as condições de vida e bem-estar dos habitantes locais (YRUELA; GUERRERO, 1994).

Entre os diversos projetos apoiados pelo Leader, destaca-se o Artesanato em Rede, desenvolvido entre 2001 e 2006 na região serrana de Portugal. O projeto tinha por objetivo facilitar a cooperação, através da construção de uma rede de artesanato: uma base de dados de artesãos locais como forma de promover a atividade. A página criada na internet, além de constituir um veículo promocional fundamental para a valorização dessa atividade econômica, permitiu estabelecer elos com outras entidades congêneres e concretizar um processo de parceria e transferência do saber fazer (CARVALHO, 2003). O Leader financiou ainda a produção de material promocional de apoio às atividades artesanais, como cartões de visita, embalagens e sinalização que contribuíram para

conferir uma imagem de qualidade e de uniformidade aos diversos serviços artesanais fornecidos (LEADER+ MAGAZINE, 2006).

No Brasil, em sintonia com a recente revalorização das identidades territoriais, foi criado em 2009 o Programa Talentos do Brasil Rural, uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria da Agricultura Familiar em parceria com a Caixa Econômica Federal, o Sebrae<sup>6</sup> e movimentos sindicais, que tem por objetivo estimular a produção artesanal de maneira sustentável, valorizando a identidade cultural e promovendo geração de renda para comunidades rurais no país (KRUCKEN, 2009).

Estimular a produção artesanal de maneira sustentável é um objetivo documentado em diversos trabalhos (RIBEIRO, 1983; CARVALHO, 2001; NASCIMENTO, 2009; MOURÃO, 2011). O que ocorre é que muitas vezes a produção artesanal tradicional se ocupa de matéria-prima que atualmente está em vias de extinção, como o caso dos adornos plumários produzidos pelos índios Kayapó com penas de araras azuis (RIBEIRO, 1983); ou então sua disponibilidade diminuiu muito devido à urbanização crescente prejudicando a obtenção de renda constante pelos artesãos, como no caso da caixeta em São Sebastião (CARVALHO, 2001). Este é um exemplo claro da integração entre os aspectos culturais e ambientais, em que os pesquisadores buscam trabalhar o artesanato com os artesãos de

---

<sup>6</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – entidade privada sem fins lucrativos.

modo a contribuir para a preservação ambiental permitindo, conseqüentemente, sua manutenção como prática autônoma.

Grande parte das publicações analisadas converge em afirmar que o fortalecimento das identidades culturais dos habitantes rurais por meio da valorização do seu artesanato faz com que eles tenham mais orgulho em relação às suas origens e ao seu cotidiano, aumentando seu sentido de pertencimento (LIMA, 2005; KRUCKEN, 2009; BORGES, 2011). Com isso, diversos projetos de valorização da identidade territorial vêm sendo desenvolvidos em comunidades rurais visando à maior geração de renda para os artesãos (CANANI, 2008; ALMEIDA; LAURENTINO, 2009; KRUCKEN, 2009; DEMARCHI et al., 2010; JOHANN, 2010; BOTELHO, 2005; CALEGARI; SANTOS, 2011; FREITAS, 2011). Estes projetos envolvem profissionais de áreas distintas — como design, agronomia, administração, entre outras — e buscam dar suporte à produção artesanal rural, promovendo o desenvolvimento endógeno local. Apesar de existirem divergências quanto às formas de intervenção no artesanato rural, Borges (2011, p.53) ressalta que em comum a todos está “a convicção de que a política assistencialista deveria ser substituída pelo incentivo à organização coletiva dos artesãos, estimulando o empreendedorismo”.

A título de ilustração, destaca-se o Projeto Design e Artesanato, realizado em 2007 pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável da Universidade

Federal Rural de Pernambuco com os artesãos de Barra do Riachão, distrito de São Joaquim do Monte (PE), reconhecido pela produção artesanal de rede de pesca, técnica com a qual o grupo de dezesseis artesãos, em conjunto com a equipe de design, desenvolveu produtos identitários, promovendo um retorno financeiro mais efetivo para o grupo (ALMEIDA; LAURENTINO, 2009).

Um dos aspectos que entendemos ser positivo para a promoção e estímulo do desenvolvimento nesta comunidade é a participação de jovens artesãos. São jovens que já concluíram o segundo grau e não tiveram condições de sair de Barra do Riachão para fazer um curso universitário ou um curso profissionalizante, por exemplo. Essas jovens enxergaram nesta ação extensionista uma oportunidade de produzir as suas próprias peças e compraram a ideia porque entenderam que tanto a técnica como os produtos representam uma cultura só delas. Neste grupo de artesãos a grande maioria é mulher. São as jovens que saem da comunidade para representar a associação e comercializar os produtos nos eventos que participam (ALMEIDA; LAURENTINO, 2009, p. 13-4).

Conforme ressaltado por Almeida e Laurentino (2009), todas as decisões foram tomadas em conjunto pelos designers e artesãos, desde o desenvolvimento dos produtos até a busca por oportunidades de comercialização. Além disso, a aproximação da gestão pública com a comunidade cresceu com o projeto, podendo-se afirmar que as políticas públicas de desenvolvimento são facilitadas pela valorização dos produtos singulares do território (ALMEIDA; LAURENTINO, 2009).

No Rio Grande do Sul, casos de interação entre designers e artesãos que merecem destaque são o do grupo Bichos do Mar de Dentro e a Coleção Redeiras. Ambos receberam apoio do Sebrae para desenvolver artesanalmente produtos diferenciados, utilizando a iconografia e matérias-primas locais. O grupo Bichos do Mar de Dentro é composto por artesãos dos municípios de Tapes, Camaquã, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul que, com o auxílio de uma equipe de designers, desenvolveram uma coleção de produtos que retratam a fauna da região, mais especificamente os animais silvestres que vivem na região da Costa Doce, na qual se inclui o chamado Mar de Dentro. Já a Coleção Redeiras é formada por um grupo de artesãs da Colônia de Pescadores São Pedro, localizada no segundo distrito do município de Pelotas, que produzem artesanato com matéria-prima advinda da pesca, como redes, escamas e couro de peixes. Antes de produzirem artesanato, as artesãs trabalhavam com os maridos e filhos na atividade pesqueira. Com a valorização do seu artesanato no mercado, materiais antes percebidos como resíduos de baixo valor, como as redes e as escamas, passaram a ser estimados, contribuindo para aumentar o sentimento de orgulho de pertencimento à Colônia de Pescadores.

Os casos expostos reiteram o valor atribuído aos produtos artesanais que buscam expressar aspectos identitários do território onde são produzidos, seja através da representação de elementos característicos, como o do grupo Bichos do Mar de Dentro, seja

através da realocação de matéria-prima abundante e utilizada tradicionalmente em outro processo produtivo, como o do grupo Redeiras.

Estas intervenções no artesanato privilegiam o aspecto econômico, pois o objetivo é gerar renda para as comunidades produtoras, entretanto, não deixam de lado o valor simbólico, já que valorizam aspectos culturais locais. O objetivo destes projetos é promover o desenvolvimento local sustentável das comunidades rurais através do fortalecimento e valorização do seu artesanato.

Entretanto, deve-se ter o cuidado de não deixar o mercado impor modificações simbólicas que descaracterizem o produto, como o que aconteceu no Vale do Paraíba, descrito por Lima (2005). Entre as personagens que compunham os presépios modelados em barro pelos artesãos locais encontrava-se um pequeno animal semelhante a um gambá, parte da cultura popular local. Um dos consultores externos que estavam auxiliando os artesãos decidiu que suprimir o excesso de elementos, incluindo o pequeno animal, faria com que o presépio fosse mais barato e mais rápido de ser produzido, aumentando conseqüentemente a renda gerada com a sua produção. Entretanto, o consultor não percebeu que a retirada destes elementos implicaria perda cultural para a comunidade do Vale do Paraíba, dada a particularidade que estes elementos representavam na cultura da comunidade. É importante, para a manutenção da prática artesanal, que se entenda o artesanato “dentro das relações de mercado, [...]

mas que se perceba que se trata de um produto diferenciado; que nunca se perca a dimensão cultural que está embutida nele” (LIMA, 2005, p. 4).

Grande parte dos trabalhos analisados percebe o artesanato como uma fonte de geração de renda para as comunidades rurais, buscando inseri-lo em locais onde inexistia a prática (ANGELETTI; et al., 2009; CAPITANI; GARAVELLO, 2007; COTRIM; KOLLET; DIETZ, 2007). Entende-se que esta é uma maneira de introduzir os habitantes rurais no mercado de trabalho sem que seja necessário seu deslocamento para centros urbanos. Em certas situações o artesanato é inserido de cima para baixo como uma tentativa de resgate de técnicas e motivos tradicionais que a comunidade acabou perdendo ou desvalorizando com o passar do tempo (SABATEL; NASCIMENTO, 2010; CALEGARI; SANTOS, 2011; SAPIEZINSKAS, 2012).

A situação oposta também foi encontrada nos trabalhos analisados, mas com menor frequência. São os casos nos quais a atividade artesanal acabou suplantando a atividade agrícola, que passa a ser somente para autoconsumo, enquanto o artesanato passa a ser a atividade principal da unidade de produção, sendo produzido quase que exclusivamente para a venda externa à comunidade (SILVA; WIZNIEWSKY, 2011; KELLER, 2011; BELAS, 2012). Em certas circunstâncias, o que ocorreu é que a agricultura deixou de ser competitiva para os agricultores familiares diante do avanço dos

grandes produtores, resultando em uma produção agrícola insuficiente para a comercialização, levando-os a investir na produção artesanal para complementação da renda familiar.

Estas observações evidenciam a proximidade da permanência do artesanato rural com a questão agrária. “Torna-se claro [...] que a crise artesanal não pode ser solucionada de modo separado do resto da problemática agrária” (CANCLINI, 1983, p. 140). A relação existente entre a produção artesanal e a questão agrária existe há muito tempo, sendo ressaltada inclusive pelos autores considerados clássicos dos estudos rurais. Para as abordagens que buscavam se referenciar no marxismo clássico, o artesanato faz parte da economia natural que seria suplantada pela economia capitalista. Para a abordagem chayanoviana, integrava estratégias de reprodução social recorrentes naquela forma social. As evidências empíricas nos dois territórios estudados permitem afirmar que, na contemporaneidade, o artesanato integra estratégias de reprodução social e não possui perspectiva de ser suplantado pela economia capitalista.

A permanência da produção artesanal nas sociedades industrializadas, e mesmo pós-industriais, suscita diferentes interpretações, uma das mais consolidadas é aquela baseada na crescente importância que a dimensão simbólica tem desempenhado nos mercados propiciada pelas configurações sociopolíticas e econômicas do mundo contemporâneo, marcadas pela acumulação flexível na qual são recorrentes os processos de descentralização,

desindustrialização, diferenciação e economias de escopo, resultando em uma profusão sem precedentes de bens culturais. Com a crescente expansão da globalização, e conseqüente preocupação com a homogeneização dos bens culturais, a valorização das especificidades territoriais passou a permear discussões em diversas áreas do conhecimento. Contrariando os prognósticos negativos, atualmente há vários indícios de que o lugar do artesanato na sociedade contemporânea está se expandindo: “[...] artefatos feitos à mão estão agora desempenhando um papel considerável no mercado mundial. Peças do Afeganistão e do Sudão estão sendo vendidas nas mesmas lojas que os mais recentes produtos dos estúdios de design de fábricas italianas e japonesas” (PAZ, 2006, s.p.).

Ademais, salvo exceções, os objetos artesanais não se encontram mais inseridos em um sistema social em que a produção e a troca são reguladas pela organização comunal. Desse modo, “a política paternalista de dizer que o artesanato deve permanecer como tal é uma política errada; culturalmente é impositiva” (MAGALHÃES, 1985, p. 172). O retorno a um passado anterior ao desenvolvimento do capitalismo não é possível, mesmo que sua superação seja.

Há atividades que já morreram, outras que vão morrer, porque o produto e as condições de produção eram (ou ainda são) tais que deixou de haver justificção para elas. [...] Não há de chorar; o que deverá ser feito é a recolha de peças e instrumentos; a recolha da história, gestos e lendas de cada labor. Porque disso precisamos

para conhecer o passado e ordenar o futuro (FERREIRA, 1983, p. 98).

O contexto globalizado contemporâneo apresenta aspectos aparentemente paradoxais em relação ao artesanato. Ao mesmo tempo que o desaparecimento e envelhecimento dos artesãos aponta para a extinção da atividade, verifica-se uma crescente procura pelos produtos dela proveniente. “Multiplicam-se, também, as pessoas e entidades, públicas e privadas, que se sucedem em intervenções, de grau e alcance diverso, tendentes, pelo menos segundo intenções ou declarações formais, a manter e até expandir este tipo de atividade” (FERREIRA, 1983, p. 94). Qual é então a tendência dominante: a de extinção ou a de transformação e subsistência do artesanato?

Na perspectiva das *circunstâncias atuais* o artesanato continuará a subsistir, uns anos mais, com maiores ou menores dificuldades, neste ou naquele tipo de atividade — e subsistirá porque vai havendo uma procura relativamente certa, um rendimento razoável e em aumento. Mas o horizonte um pouco mais distante aponta para a extinção a prazo, limitadas que se veem as atividades, pela natureza mesma das produções (as utilitárias ameaçadas pelos sucedâneos mais econômicos, as decorativas ameaçadas pelas dificuldades criativas, nos artistas, pela saturação das modas artesanais, nos clientes) e, sobretudo, pela ausência dos potenciais herdeiros duma atividade cuja perfeita aprendizagem requer experiência, tempo e convívio (FERREIRA, 1983, p. 94-5, grifo do autor).

A falta de potenciais herdeiros para a continuidade da atividade foi evidenciada nos trabalhos analisados. Desse modo, a

defesa do artesanato deve se concentrar em atividades que têm ou poderão vir a ter capacidade de subsistir por si, pela sua rentabilidade econômica e aceitação social, evitando-se o uso de subsídios crônicos para uma vida artificial (FERREIRA, 1983) e tendo o cuidado para não limitar “sua originalidade característica, seu valor artístico, ambos ligados intrinsecamente a um contexto cultural preciso e inconfundível” (FERREIRA, 1983, p. 98). Neste sentido, pode ocorrer de os produtos artesanais perderem a função principal antes realizada sem que a técnica tenha de desaparecer, pois é possível continuar a produção das técnicas orientadas a outra categoria de produtos, mais adequadas à conjuntura sociocultural atual do artesão. No contexto contemporâneo, o artesanato não conseguirá subsistir com a autonomia pretendida por certos antropólogos ou folcloristas, porém, também não é imprescindível que ele se torne mero apêndice atípico de um capitalismo que a tudo devora (CANCLINI, 1983).

Como resposta à pergunta elaborada no início deste artigo, se seria possível afirmar que existe ou se está delineando um caminho do meio para o futuro do artesanato rural, entende-se que o caminho ainda está sendo construído, tendendo atualmente mais para a comercialização do que para a preservação. Entretanto, a crescente valorização dos bens culturais na sociedade contemporânea, ressaltada por autores como Canclini (2008), Borges (2011) e Paz (2006), permite inferir que no futuro os artesãos terão mais

autonomia perante o mercado. Resta esperar para ver se esta ampliação da autonomia resultará em demandas realmente populares ou na transformação dos artesãos em produtores culturais com manifestações simbólicas pertencentes à classe hegemônica.

### 5. Considerações finais

Apesar de a teoria ressaltar a importância da não dissociação entre os aspectos simbólicos e econômicos da atividade artesanal, poucos foram os trabalhos analisados que expressaram preocupação quanto à possível desvirtuação do papel original cultural do artesanato rural quando submetido às exigências mercadológicas. O principal objetivo relatado nos artigos que foram pesquisados diz respeito à inserção do artesão no mercado de bens culturais através do aprimoramento da sua produção artesanal, seja por meio de adaptações estéticas ou melhoramentos técnicos, com vistas a gerar renda complementar ou substitutiva à agricultura.

A atividade artesanal é vista hoje predominantemente pelo seu valor de troca, sendo considerada uma atividade estratégica para a reprodução social no campo. O artesanato que antes servia para suprir necessidades endógenas passa agora a ser tratado como uma mercadoria a ser comercializada exogenamente.

A discussão bastante destacada por Canclini (1983) sobre a inserção de demandas próprias aos artesãos nas etapas de produção,

circulação e comercialização dos seus produtos, o que lhes permitiria tencionarem o sistema capitalista de apropriação dos bens culturais, não aparece com clareza em nenhum dos trabalhos empíricos analisados. A análise realizada também demonstrou a dificuldade existente em se encontrar maneiras para que os artesãos possam assumir o controle tanto simbólico quanto econômico da sua produção, introduzindo demandas que representem os seus verdadeiros interesses. Aqui é importante ressaltar que, como já afirmado por Canclini (1983, p. 141), “o pensamento e a prática do povo também têm sido modelados pela cultura dominante”.

Por fim, o discurso de valorização do artesanato vem ao encontro da noção de desenvolvimento territorial, que compreende ser preciso levar em consideração os aspectos culturais e simbólicos do território para se obter um desenvolvimento com protagonismo de atores locais, buscando atender às suas necessidades e a seus anseios. Porém, as iniciativas que procuram valorizar o potencial dos recursos latentes não estão isentas do risco de a apropriação da renda de qualidade territorial se dar por um número reduzido de atores (BONNAL, CAZELLA; MALUF, 2008). Assim, quanto mais conhecimento os artesãos tiverem para definir suas estratégias de singularização, introduzindo, tanto na produção como no consumo, demandas que representem os seus verdadeiros interesses, mais autonomia terão diante dos mercados e demais atores dos setores dominantes do território. Para que isso ocorra, é fundamental que os

artesãos “se organizem em cooperativas e sindicatos a partir dos quais possam ir reassumindo a propriedade dos meios de produção e de distribuição. Mas também é vital que cheguem a se apropriar do sentido simbólico dos seus produtos” (CANCLINI, 1983, p. 110). Essa apropriação pode ser facilitada, e até mesmo estimulada, pelo Estado através das instituições que atuam junto aos artesãos.

### Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. São Paulo, v.40, n.2, p. 235-64, 2002.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de; LAURENTINO, Auta Luciana. Extensão Rural e Novas Ruralidades: a produção artesanal de Barra do Riachão como estratégia para promover o desenvolvimento local. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Anais...** Curitiba, 2009.

ANGELETTI, Maria da Penha et al. A arte e o artesanato como estratégia de trabalho com mulheres rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, n.2, 2009.

AROCENA, José. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo**. Montevideo: Taurus/Universidad Católica. 1993.

BAGNASCO, Arnaldo. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: ARBIX, Glaucio; ZILBOVÍCIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo. (Orgs.) **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp/Edusp, 2001.

BELAS, Carla Arouca. **Indicações geográficas e a salvaguarda do patrimônio cultural: artesanato de capim dourado Jalapão-Brasil.** 2012. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BORGES, Adélia. **Design + artesanato: o caminho brasileiro.** São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

BOTELHO, Vinícius Simões. **Design e artesanato: um estudo comparativo entre modelos de intervenção.** 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Design, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2: por um movimento sociais europeu.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRANDÃO, Carlos. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, Antonio Cesar; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária.** Campinas: Alínea Ed. 2007.

CALEGARI, Eliana Paula; SANTOS, Leila Maria Araújo. A valorização de produtos artesanais através da intervenção do design na Associação de Artesãs de Ivorá – RS. 26ª JAI UFSM, **Anais...** Santa Maria, 2011.

CANANI, Aline Sapiezinskas Kras Borges. **De bonecas, flores e bordados: investigações antropológicas no campo do artesanato em Brasília.** 2008. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo.** Trad. Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CAPITANI, Daniel Henrique Dario; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. A atividade artesanal com fibra de bananeira sob a perspectiva do ecodesenvolvimento. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, out. 1998.

CARVALHO, Heidi Cristina Buzato de. **Artesanato de caixeta em São Sebastião – SP**. 2001. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2001.

CARVALHO, Paulo. Patrimônio e (re)descoberta dos territórios rurais. **Boletim Goiano de Geografia**, 23 (2): 173-196, jul.-dez. 2003.

COTRIM, Décio; KOLLET, Marione; DIETZ, Delmar. Agroecologia e pesca artesanal: Ampliação da cidadania através do artesanato em escama de peixe. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.2, out. 2007.

DEMARCHI, Ana Paula Perfetto; et al. *Design thinking* no processo de Gestão de *design*: um estudo de caso na agricultura familiar. 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, **Anais...** São Paulo, 2010.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p.133-68. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

ESCOBAR, Arturo. **The making and unmaking of the third world through development**. 1996.

ESTEVES, Denise Gayou Lima Reis. As Artes e Ofícios Tradicionais na Contemporaneidade – Práticas (in) Populares? VI Congresso Português de Sociologia, **Anais...** Lisboa, 2008.

FREITAS, Ana Luiza Cerqueira. **Design e artesanato: uma experiência de inserção da metodologia de projeto de produto**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2011.

FROEHLICH, José Marcos. O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. **Textos CPDA**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 1999.

FROEHLICH, José Marcos; ALVES, Heberton F. Inocência. Novas identidades, Novos territórios – mobilizando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. **Revista Extensão Rural**, n. 14. jan.-dez. 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução Sandra Regina Netz. 4ªed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume. 2005.

JOHANN, Diane Meri Weiller. **Design e artesanato: análise da gestão, materiais e técnicas utilizadas em grupos de artesãos no Rio Grande do Sul**. 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

KELLER, Paulo Fernandes. Trabalho artesanal em fibra de buriti no Maranhão. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v.18, n.3, set.-dez. 2011.

KRUCKEN, Lia. **Design e território**: valorização de identidades e produtos locais. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LEADER+ MAGAZINE. Na proximidade imediata: uma estratégia de informação regional. 2006, p. 30-1. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leaderplus/pdf/magazine/mag5\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leaderplus/pdf/magazine/mag5_pt.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2016.

LIMA, Ricardo. **Artesanato**: cinco pontos para discussão. Iphan: Programa Artesanato Solidário. 2005.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MORIN, Edgar. **Sociologia**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1984.

MOURÃO, Nadja Maria. **Sustentabilidade na produção artesanal com resíduos vegetais**: Uma aplicação prática de design sistêmico no Cerrado Mineiro. 2011. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NASCIMENTO, Marilzete Basso do. **Aspectos técnicos e sociais para a sustentabilidade da produção e artesanato do vime**. 2009. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2009.

PAZ, O. O uso e a contemplação. **Revista Raiz**: Cultura do Brasil, n.3. São Paulo, 2006, Disponível em: <<http://revistaraiz.uol.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3ªed. Rio de Janeiro: FGV. 2003.

RIBEIRO, Berta. Artesanato indígena: para que, para quem? In: RIBEIRO, B. et al. **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore. 1983.

SABATEL, Vânia de Oliveira; NASCIMENTO, Maria Aparecida. Resgate do artesanato com fibra de camalote (*Limnocharis laforestii* Duchass) no distrito de Albuquerque, em Corumbá, MS. **Cadernos de Agroecologia**, n.1, v.5. 2010.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.9, n.25, 1995.

SACHS, Ignacy. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Brasiliense: 1994.

SAPIEZINSKAS, Aline. Como se constrói um artesão: negociações de significado e uma “cara nova” para as “coisas da vovó”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.18, n.38, Dec. 2012.

SARDAR, Z. **Beyond development**: an Islamic perspective. 1996.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p. 99-121, 2003.

SILVA, Maria do Carmo da; WIZNIEWSKY, José Geraldo. A produção do artesanato, como estratégia de reprodução na agricultura familiar na comunidade Vila Progresso no município de Caçapava do Sul – RS. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVIII, nº 21, 2011.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. As novas territorialidades rurais: potencialidades e desafios. 35º Encontro Anual da Anpocs. **Anais...** 2011, Caxambu, MG.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A Teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “Teoria Aberta” do desenvolvimento sócio espacial. **Território**, Rio de Janeiro, n.1, v.1, 1996.

VIVES, Vera de. A beleza do cotidiano. In: RIBEIRO, B. et al. **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore. 1983.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.15, out. 2000.

WORLD CRAFTS COUNCIL – WCC. **Our vision**. 2012. Disponível em: <<http://www.worldcraftscouncil.org/vision>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

YRUELA, Manuel Pérez; GUERRERO, Maria del Mar Giménez “Desarrollo Local y Desarrollo Rural: el contexto del programa ‘Leader’”. **Papeles de Economía Española**, n.60-61, p. 219-33, 1994.